

“Administração pública está precisando de renovação”

Vagas e inovação no concurso unificado

Exame nacional democratiza o acesso ao funcionalismo e torna a administração mais moderna, sustenta secretária do MGJ

de VITÓRIA TORRES*

O Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) desponta como um dos certames mais aguardados do ano, com um total de 6.640 vagas. Em apenas cinco dias de inscrições abertas, já ultrapassa a marca de 700 mil candidatos.

Se, por um lado, a seleção representa uma oportunidade de emprego a milhares de brasileiros, por outro, significa uma mudança importante na administração pública federal, na avaliação de quem participou da preparação do modelo seletivo.

Convidada do Podcast do Correio, a secretária adjunta de gestão de pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGJ), Regina Camargos, explicou a formulação do processo e a complexidade da iniciativa, classificando-a como “a experiência mais disruptiva, inovadora e desafiadora” de sua carreira profissional.

O governo federal tem expectativa alta. Regina Camargos sublinhou a meta de reformar administração pública federal até 2026. “A gente pode chegar, até ao final do mandato do presidente Lula, em torno de 20 mil vagas criadas”, contabilizou.

O concurso unificado envolve 21 órgãos públicos federais e, segundo Camargos, rompe com a abordagem tradicional de seleções públicas. O modelo prevê um exame único, a ser realizado em 5 de maio em 220 cidades brasileiras, incluindo pequenos municípios do interior. Esse movimento visa democratizar o acesso aos concursos públicos, antes restritos a grandes centros urbanos.

“Todo mundo estava acostumado com essa pedagogia dos concursos tradicionais e, de repente, esses órgãos, voluntariamente, aderem a essa experiência. É um desafio porque você está chamando as pessoas para um terreno que é desconhecido”, afirmou Camargos.



Regina Camargos: candidatos desembolsam até R\$ 30 mil para disputar um concurso, “algo afastado da realidade da maioria dos jovens”

Inclusão social

Na entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Rosana Hessel, Regina Camargos abordou que o processo se revela não apenas como uma oportunidade de emprego, mas também como uma política pública de inclusão e renovação no funcionalismo público brasileiro.

“O concurso unificado atende nesse sentido de abrir oportunidades. Os concursos nos seus formatos tradicionais têm limitações, acabam reproduzindo uma lógica social, por exemplo, de exclusão. Os concursos eram muito restritos. Agora vamos ter provas em pequenas cidades do interior do Brasil. A escolha dessas cidades tem uma metodologia por trás”, explicou.

O planejamento do concurso em blocos temáticos representa um esforço para combater as limitações percebidas nos formatos tradicionais, buscando superar barreiras sociais, econômicas e geográficas. Regina revela que a diversidade de oportunidades, com vagas de nível médio e superior, pretende introduzir os profissionais em carreiras transversais que possibilitam aos jovens explorarem diferentes áreas da administração pública.

“Os certames vão ficando cada vez mais caros e vão eliminando a participação das pessoas que não têm condições de pagar o custo desses concursos. Chegamos a analisar que, para alguns concursos, os candidatos chegam a desembolsar R\$ 30 mil

em cursinhos, apostilas, livros e viagens”, observou. “Sabemos que é algo completamente afastado da realidade da maioria dos jovens desse país, isso cria barreiras na entrada da juventude no serviço público”, completou.

Nova geração

A secretária ressaltou a importância de rejuvenescer a administração pública, oferecendo oportunidades de trabalho qualificado para a juventude. O CPNU, ao criar carreiras transversais, propicia mobilidade e permite que os candidatos transitem por diversos órgãos.

“A administração pública está precisando de renovação, estamos

com a idade média dos servidores elevada, muitos servidores querem se aposentar mas não podem porque o órgão precisa do servidor. A ideia é atender o anseio da juventude por mobilidade. O concurso oferece a possibilidade de o jovem transitar por toda a Esplanada dos Ministérios e órgãos, não dependendo de onde for alocado. Se isso é um atrativo, então é bom para o Estado”, contou.

Debate raso

Regina Camargos rebate o argumento de que os concursos tornam o Estado inchado. Segundo ela, esse debate é raso e propõe uma abordagem mais complexa. Ela afirma a importância de analisar se há servidores



Aponte o celular para o QR Code a fim de acessar a íntegra do podcast do Correio.



O concurso oferece a possibilidade de o jovem transitar por toda a Esplanada e órgãos, não dependendo de onde for alocado. Se isso é um atrativo, então é bom para o Estado*

Regina Camargos, secretária adjunta de gestão de pessoas no MGJ

suficientes e se estão atendendo efetivamente às necessidades da população. A questão é colocada não apenas em termos quantitativos, mas sim na eficácia da atuação dos servidores.

“É preciso dizer que o estado está inchado. Vai no interior do Amazonas e pergunta para a população se o Estado está inchado. A pessoa vai te responder: ‘O que é Estado? O que é política pública?’, apontou.

As inscrições para o CPNU terminam em 9 de fevereiro sem prorrogação. “Pule o carnaval, mas com a inscrição do concurso feita. Não se esqueçam!”, recomendou Camargos.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 7